

## Um embate entre *progresso* e transformação ambiental no Alto Vale do Rio do Peixe

Susana Cesco\*

### Resumo

Este trabalho visa investigar, sob o ponto de vista da imigração e da História Ambiental, a relação homem x transformação da cobertura florestal na colonização do Alto Vale do Rio do Peixe, no Estado de Santa Catarina. Abrangendo o período posterior à Guerra do Contestado até meados do século XX, o trabalho relata a instalação dos migrantes de origem européia, vindos em sua maioria do Rio Grande do Sul, na área que, em 1934, passou a ser o município de Caçador.

**Palavras-chave:** Imigração. Relação homem x transformação florestal.

### Abstract

This work aims to investigate under the point of view of immigration and Ambient History the relation between man x transformation of the forest covering in the settling of the Alto Vale do Rio do Peixe, in the state of Santa Catarina. Enclosing the period after the Guerra do Contestado until half of century XX, the work tells about the settling of European origin migrants, who had come on most from Rio Grande do Sul, in the area that, in 1934, became to be the city of Caçador.

**Key words:** Immigration. Relation between man x transformation of the forest.

Este artigo trata principalmente da devastação da Floresta Ombrófila Mista (FOM)<sup>1</sup> no Alto Vale do Rio do Peixe. Devastação que reduziu cerca de 96 % da cobertura vegetal original na região<sup>2</sup> e provocou uma grande transformação em hábitos e costumes dos homens, no meio ambiente, nas práticas e nos conceitos de progresso e evolução. A partir dessa constatação, este trabalho propõe-se a entender a relação que existiu entre a devastação, entendida como *progresso*, e o conseqüente impacto ambiental, sem ignorar que a *necessidade de devastar* estava ligada à construção do que hoje são os municípios do Alto Vale do Rio do Peixe. Esse processo de transformação é percebido do ponto de vista da História Ambiental, que pode ser compreendida como a alteração de uma topografia inanimada em agentes históricos com vida própria<sup>3</sup> e sua relação com os homens.

---

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade de Santa Catarina. Fonte financiadora: CAPES.

Para tanto, é necessário, primeiramente, que consideremos a forma como essa história é entendida hoje.

A idéia de controle da natureza para gerar progresso pode ser percebida nas palavras de José Augusto Drumond, ao citar Leo Marx, quando mostra que

quase todas as paisagens elogiadas pelos escritores clássicos e contemporâneos amantes da natureza são na verdade jardins, áreas rurais criadas e manejadas pelos humanos e como o homem ocidental ama as paisagens que ele mesmo controla e constrói, forma nada sutil de gostar de si mesmo. Quanto à natureza selvagem, intocada, incontrolável, ele tem pavor ou um apetite insaciável de controlar, domesticar, civilizar.<sup>4</sup>

A distinção, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, que a História faz da paisagem física e da paisagem cultural, esta entendida como resultado da ação do homem sobre o meio ambiente e aquela como a natureza em oposição ao homem e separada dele, não leva em consideração os resultados da ação do homem sobre o meio ambiente, pois ainda o vê como um dado externo, enquanto o ambiente é percebido como *forças naturais* e não como produto de uma prolongada atividade humana.<sup>5</sup>

É importante perceber, também, que o que caracteriza a especificidade histórica é o olhar para grupos sociais em seu fazer-se, em como imaginam e elaboram práticas e em como recriam e constroem conceitos que serão aplicáveis somente à sua realidade.<sup>6</sup> Procuraremos, portanto, abordar as questões de migração e desmatamento na área assinalada de acordo com o contexto de temporalidade e cultura em que foram promovidas, pois só assim compreenderemos as apropriações e construções de conceitos e termos usados quando se faz referência à região em questão.

Os diversos estudos realizados sobre a região do Alto Vale do Rio do Peixe por historiadores, jornalistas e outros profissionais ou amadores certamente enriqueceram a historiografia com informações da região em dados e fontes. A maior parte dos textos escritos sobre imigração e migração em Santa Catarina, até o início da década de 90, dificilmente vão além das análises econômicas e políticas tão tradicionais. No que se refere à região objeto desta proposta de estudo, essa situação é ainda mais evidente. O objetivo deste trabalho é abordar a história da região do Alto Vale do Rio do Peixe de forma a aproximar a ação humana do mundo natural, fazendo referência à idéia de Jean-François Sirinelli, quando afirma que as novas perguntas da História surgem não pelo aparecimento de novos documentos, e sim de novas leituras de velhos temas.<sup>7</sup>

Nossa proposta é entender as alterações na floresta da referida região a partir do processo de colonização, na área que compreende e circunda o atual município de Caçador, no período de 1917, após a Guerra do Contestado, até o final da década de 50, período de fragmentação da região em vários outros municípios e de diminuição acentuada do fluxo migratório, devido ao fato de a localidade estar quase que totalmente ocupada.

Analisar a chegada dos imigrantes provindos das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul,<sup>8</sup> descendentes de europeus, a uma região que se pensava ser *selvagem*, coberta por uma densa floresta que passa de lugar hostil à fonte de renda, é uma nova forma de estudar migração e História Ambiental, compreendendo ambas como contínuas e complementares.

Perceber e discutir a relação entre o migrante de origem européia, proveniente do Rio Grande do Sul, e a floresta do Alto Vale do Rio do Peixe e seus habitantes com a qual inicia contato; como tais migrantes adaptaram-se ao novo ambiente, similar ao encontrado pelos primeiros imigrantes que se instalaram no Rio Grande do Sul e como renegociaram usos e costumes locais e passaram a usar a floresta como moeda, alimento e abrigo, e não mais como um *mundo desconhecido e perigoso*, são os objetivos desta pesquisa, a partir dos quais será possível entender a devastação florestal não só do ponto de vista econômico. Para tanto, investigaremos o processo histórico da relação entre o homem migrante, comumente visto como propulsor do progresso na região do Alto Vale do Rio do Peixe, e as alterações da Floresta Ombrófila Mista que predominava na região.

A cobertura florestal anterior à colonização representava 81,5% da área do Estado de Santa Catarina. Segundo dados do IBGE, a Floresta Ombrófila Mista (FOM) ocupava 43,7%, a Floresta Ombrófila Densa (FOD)<sup>9</sup> 27,4% e a Floresta Estacional Decidual (FED)<sup>10</sup> 10,4% da área do Estado. Estimativas apontam que a densidade de araucária com diâmetro acima de 40cm foi de 2.976 árvore/km<sup>2</sup> (29,7 árvore/ha). Na região do meio oeste catarinense, ao longo da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, no período de 1910 a 1940, foram explorados 25 a 37 milhões de pinheiros de grandes proporções, representando 88% dos pinheiros da região e 26,7% do Estado. A dimensão dessa derrubada pode ser melhor entendida se forem observados os dados de produção da Southern Brazil Lumber Co., que, em 1941, era a maior das 1.270 serrarias registradas que beneficiavam pinho em Santa Catarina, quase a totalidade nas regiões norte e oeste do Estado. Essa serraria empregava em torno de 1.000 operários e tinha capacidade para beneficiar uma média de 800 pinheiros por dia.<sup>11</sup>

Análises já feitas sobre o tema em obras como *Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai*,<sup>12</sup> que aborda o extrativismo dos recursos naturais e sua ligação com a vida econômica da região, dando especial destaque ao trabalho dos balseiros, e *Ciclo da madeira*,<sup>13</sup> que apresenta a floresta como produção e exploração da madeira e serrarias, ou seja, como mais um dos ciclos econômicos na História do Brasil e de Santa Catarina, são trabalhos que têm sua importância pela análise econômica que fazem da floresta. A necessidade de vê-la por outro ângulo e de atribuir-lhe outras importâncias é muito grande.

Além desses, muitos outros estudos foram feitos sobre a região. Alguns enfatizando o *progresso* regional, outros a economia madeireira. Todos constituem pontos importantes para compreendermos o processo de ocupação do

território em estudo e, ao mesmo tempo, pedem acréscimos que preencham lacunas.

A proposta de rever o lugar das florestas na História da Humanidade passa pela análise de obras como *A ferro e fogo*, de Waren Dean, que mostra a mata e sua importância por si só, independente do homem, os usos e abusos por ele impingidos e suas conseqüências, indicando caminhos a serem traçados, quando nos depararmos com fontes como entrevistas ou documentos oficiais e, sobretudo, com a observação do ambiente e da mata a serem estudados. O autor apresenta, também, as diferenças entre a regeneração das florestas da América do Norte e da Europa e das da América do Sul. Essa *imagem* é melhor entendida quando essas florestas são descritas, como no fragmento a seguir:

[...] suas florestas se amontoam em tímida uniformidade, vastas formações com umas vinte árvores diferentes, ou uma dúzia, ou apenas espécie única; em seus galhos, em seus ocos e em meio a suas raízes tão-só um reduzido grupo de espécies animais. [...] Elas são tão resistentes e descomplicadas que toda a devastação imposta pelos homens não as impede de se reconstituírem, a menos que sejam cobertas com asfalto.

O mesmo não se pode esperar em relação as floresta tropicais [...] A destruição dessas florestas é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável.<sup>14</sup>

Outra obra nessa linha de estudo é *O homem e o mundo natural*, de Keith Thomas.<sup>15</sup> Nela, o autor, tendo como referencial a paisagem natural e social inglesa, procura refazer os passos do homem no que se refere a seu olhar sobre a natureza e a seu modo dela dispor.

Outros autores que trabalham com temas relacionados à História Ambiental, como José Augusto Drumond<sup>16</sup> e Donal Worster,<sup>17</sup> contribuem para o desenvolvimento de qualquer trabalho que tenha as florestas como objeto de estudo. Drumond, quando analisa a criação dos Parques Nacionais do Rio de Janeiro, trabalha sob uma perspectiva de longa duração, em que procura refazer o caminho percorrido pelo processo devastatório do Estado, parando, vez ou outra, para apontar os erros e problemas desse percurso, que vão desde a necessidade de ocupação do espaço até a consciência de preservação que surge nos personagens desse processo. Worster, por sua vez, aborda a História Ambiental como um novo conceito da própria História, que deixou de ser vista como a política do passado<sup>18</sup> e passou a perder um pouco de sua certeza de que o passado tivesse sido tão integralmente controlado e a mostrar uma ampliação da perspectiva da História de modo a incluir um conjunto mais profundo e diversificado de assuntos. A década de 90 traz trabalhos com novos olhares sobre a região, onde o meio ambiente passa a ter novos papéis além do econômico. Textos como a tese *A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)*, de 1999, e o projeto *Machado, fogo e moto-serra: a devastação das florestas do oeste catarinense*, ambos de Eunice Sueli Nodari, e o Trabalho de Conclusão de Curso de Susana

## UM EMBATE ENTRE *PROGRESSO* E TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL NO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Cesco, sob o título *Migração e desmatamento no Alto Vale do Rio Uruguai*, são exemplos dessa nova abordagem da relação entre o homem e o meio ambiente.

Para o nosso estudo, partimos das transformações evidentes sofridas pela paisagem da região do Alto Vale do Rio do Peixe. Transformações iniciadas especialmente com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, no Estado de Santa Catarina, em 1908, e com a chegada de migrantes de origem européia vindos das colônias do Estado do Rio Grande do Sul, estimulados pela propaganda das companhias colonizadoras,<sup>19</sup> e que provocaram transformações no ambiente que implicaram em mudanças profundas da paisagem encontrada, permitindo que a região se tornasse *produtiva* da mesma forma como faziam no Rio Grande do Sul. Tal necessidade teve que ser compreendida e aceita antes de ser efetuada. Ou seja, antes de haver mudanças impactantes na paisagem, ocorreram mudanças nas práticas do homem migrante que, ao mudar-se para a região, esperava encontrar o local descrito nas propagandas das companhias colonizadoras encarregadas de vender os lotes do *oeste selvagem* de Santa Catarina, conceito esse nascido da, até então, incerteza acerca de limites, de quem eram e como viviam os habitantes da região e dos perigos escondidos em suas matas. No entanto, esses migrantes, que se deparavam com uma região coberta por uma grande floresta, iniciaram um trabalho de derrubada e venda de madeira (atividade efetuada ainda em maior escala pelas companhias colonizadoras), além da construção de benfeitorias e plantações, promovendo o *desenvolvimento* da região. A devastação ambiental, portanto, não era vista como um problema naquele momento.



Divisão política de Santa Catarina na década de 1930  
com destaque para o então município de Caçador.

### O Alto Vale do Rio do Peixe

A região do Alto Vale do Rio do Peixe, objeto desta pesquisa, localiza-se na microrregião de Joaçaba, no meio oeste catarinense, cujos limites são as microrregiões geográficas de Xanxerê, Concórdia, Curitibanos, Canoinhas e os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. É constituída atualmente de 21 municípios, sendo os analisados por essa pesquisa: Água Doce, Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Ibicaré, Lebon Régis, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Treze Tílias e Videira.<sup>20</sup>

A área tem altitudes que variam entre 400 e 800 metros, nos baixos e médios vales do Rio do Peixe. No norte de Água Doce e Caçador, destacam-se as serras de Chapecó e Taquara Verde, com altitudes entre 1200 e 1600 metros.<sup>21</sup> Essas características foram determinantes, juntamente com o clima úmido e as baixas médias de temperatura, para a predominância da Floresta Ombrófila Mista caracterizada pela presença do pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*),<sup>22</sup> árvore da família *Araucariaceae* com apenas duas espécies nativas na América do Sul: a *Araucária angustifolia* e a *Araucária araucana*, esta predominante no Chile.

A *Araucaria angustifolia* apresenta árvores altas de 20 a 50 metros de altura e 1 a 2 metros de diâmetro, em geral, com tronco reto, cilíndrico, raramente ramificado, com casca grossa e resinosa, cuja superfície externa desprende-se em placas cinzento escuras. A forma de sua copa é um indicativo de seu estágio ontogênico, havendo alterações à medida que a planta passa pelos estágios de juvenilidade, maturidade e senescência. Assim, árvores jovens apresentam copa com formato cônico, e árvores senescentes copa em forma de taça ou umbela. Os ramos primários são cilíndricos, curvos para cima, enquanto os inferiores são maiores que os superiores, ambos apresentando ramos secundários (grimpas), alternos e agrupados no ápice.<sup>23</sup>

A Floresta Ombrófila Mista está circunscrita em uma região de clima pluvial subtropical, ocorrendo abaixo do trópico de Capricórnio, em altitudes que variam de 500 a 1200 metros, nos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, aparecendo ainda alguns relíctos dessa floresta em regiões mais elevadas dos estados de São Paulo e de Minas Gerais e, ainda, na parte nordeste da Argentina, na província de Misiones, divisa com Santa Catarina.

Especificamente em Santa Catarina,

toda a Bacia média e superior do Rio do Peixe, bem como quase ao longo de todo o rio Marombas e seus múltiplos afluentes, havia originalmente vastas florestas com pinheiros que se perdiam de vista, subindo desde o fundo dos vales, até as abas das serras. Estas se caracterizavam, principalmente pelos seus gigantescos pinheiros de 35 a 40 metros de altura, bem como pelos seus intermináveis bosques e sobosques de imbuías e canelas, geralmente bastante densos e muito desenvolvidos.<sup>24</sup>

## UM EMBATE ENTRE *PROGRESSO* E TRANSFORMAÇÃO AMBIENTAL NO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

O clima de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista em Santa Catarina é classificado, segundo Köppen, como Cfb – Clima mesotérmico subtropical úmido, com verões frescos, sem estação seca e com geadas severas frequentes; a temperatura média dos meses mais quentes é inferior a 22° C. A pluviosidade média está entre os 1300 e 1400 mm/ano.<sup>25</sup>

Dentro da Floresta Ombrófila Mista, Roberto Miguel Klein,<sup>26</sup> ao estudar alguns pinheirais do estado de Santa Catarina, estabelece cinco formas de associações da Araucária. São elas: Araucária e campo; Araucária e associações pioneiras; Araucária e *Ocotea pulchella* (canela-lageana); Araucária e *Ocotea porosa* (imbuia) e Araucária e mata pluvial.

A região do Alto Vale do Rio do Peixe, cuja mata era composta pela associação de Araucária e *Ocotea porosa*, “até meados do século XIX [...] era território dos índios Kaingang que dispersavam-se do norte do Rio Grande do Sul, pelos Campos de Palmas, sertões de Tibaji e Ivaí e penetravam em São Paulo”<sup>27</sup> e, posteriormente, de caboclos, que tiravam sua sobrevivência da natureza alterando a cobertura vegetal sem a criação de propriedades agrícolas com benfeitoras e plantações, ou seja, de forma diversa à que ocorreu com a chegada dos migrantes do Rio Grande do Sul.

Essa área até então inexplorada, praticamente desconhecida e sem fronteiras definidas, tanto a oeste com a Argentina como ao norte com o Paraná, passa a figurar nos mapas somente quando se torna útil, como demonstra o fragmento a seguir:

Em 1728, foi aberta uma estrada ligando Viamão (RS) a São Paulo, passando através dos campos de Lages, por onde passou a ser transportado esse gado (gado xucro criado solto nos campos do Rio Grande do Sul e que era transportado para São Paulo e Minas Gerais para abastecer os trabalhadores dos cafezais e das minas). Por muitos anos, foi o único caminho para trânsito das tropas e, no seu trajeto foram se formando muitas fazendas e vilas, iniciadas, principalmente, nos locais de pousos que se espalhavam ao longo de toda a estrada.

Assim, surgiram Lages, Curitibaanos, Campos Novos e São Joaquim, como as principais vilas, onde localizavam-se as principais fazendas de criação do Planalto Catarinense.

Nesta época, todo o planalto e oeste de Santa Catarina atuais pertenciam à província de São Paulo e não existia nenhum caminho permanente de comunicação com o litoral catarinense. Quando, em 1820, Lages foi incorporada ao território catarinense, os tropeiros passaram a pagar impostos sobre o gado em trânsito, tornando mais cara a carne.

Enquanto se formava a região do planalto catarinense, os paulistas já estavam penetrando nos campos de Guarapuava, ocupados pelos índios Kaingangs. Em 1810, uma expedição comandada pelo Tenente Coronel Diogo Pinto Azevedo Portugal, inicia a formação de fazendas de criação de gado em Guarapuava e Palmas.<sup>28</sup>

Esse novo caminho passava pelo atual extremo oeste do estado de Santa Catarina e foi determinante para a criação de um grande número de fazendas que chegaram a ocupar terras até o Alto Vale do Rio do Peixe. Fazendas que ocuparam a região e promoveram o desmatamento de algumas áreas para

pastagens, pecuária e agricultura de subsistência em baixa escala, ou seja, com fins diversos do das coivaras indígenas que objetivavam limpar um local para plantar e instalar-se temporariamente, haja vista muitas dessas tribos serem nômades.

Essas fazendas ocupavam grandes extensões de terra, algumas delas com área superior a muitos dos atuais municípios da região, como Fazenda Bom Sucesso (dos Correia de Mello), Fazenda Cachoeira (dos Paes Carneiro), Fazenda Torres (dos Padilha), Fazenda Rio do Peixe e Fazenda Campina (dos Carneiro), Fazenda São Pedro (dos Moraes), Fazenda do Salto (dos Araújo) e as fazendas São Roque, Jacutinga, Campo Alto, Castelhana, Pimpão e Jangada, todas propriedades registradas nos cartórios de imóveis das comarcas de Palmas, Curitiba, Campos Novos e, mais tarde, União da Vitória e Porto União.<sup>29</sup> Essas terras eram cobertas por matas de grande qualidade madeirável. A quantidade e o porte das árvores explicam por que a região, que em 1934 compreendia o recém-criado município de Caçador, já tinha mais de 50 serrarias.

A indústria madeireira tornou-se tão importante e passou a envolver um grande contingente de homens, máquinas e dinheiro que acabou por determinar a criação de um órgão federal responsável por esse setor. Nasceu, então, em 1941, o Instituto Nacional do Pinho (INP), com sede na capital da República, representando os governos do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Eram atribuições do referido órgão:

- 1 – Conceder e superintender os trabalhos relativos a defesa de produção; 2 – Promover o fomento do seu comércio no interior e exterior do país; 3 – Contribuir para o reflorestamento das zonas de produção de pinho; 4 – Promover os meios a satisfazer os produtores, industriais, e exportadores quanto as necessidades de crédito e financiamento; 5 – Manter em colaboração com o Ministério da Agricultura a padronização e classificação oficial do pinho; 6 – Fixar preços mínimos, estabelecer quotas de produção e exportação; 7 – Organizar o registro obrigatório dos produtores, industriais e exportadores; 8 – Providenciar sobre a construção em locais adequados, de usinas de secagens e armazém para depósitos de madeiras; 9 – Regular a instalação de novas serrarias, fabricas de caixas e beneficiamento de material; 10 – Promover a criação de órgãos industriais para a exploração de industrias derivadas de madeira; 11 – Manter um serviço de estatística e informação.<sup>30</sup>

Tais normatizações marcaram o surgimento de uma nova etapa na devastação das florestas do Alto Vale do Rio do Peixe. A atividade madeireira passou a ser institucionalizada, com sindicatos patronais e operários organizados, que passam a olhar o meio ambiente da região não mais como uma fonte inesgotável de recursos, mas sim como um produto que se não for repostado, esgotar-se-á. Surgem, a partir de então, as reservas madeiráveis e as áreas de reflorestamento que promoveram a inserção de espécies exóticas como o *Pinus eliotis* na região.

## Notas

- <sup>1</sup> FOM é um subdomínio da Mata Atlântica. “A origem desse termo vem, em parte, da mistura de duas floras distintas: a tropical afro-brasileira e a temperada austro-brasileira, cada qual com elementos característicos. Essa mistura ocorre devido a condições peculiares observadas no planalto Meridional Brasileiro, onde fatores associados à latitude e às altitudes planálticas criam uma situação única na região Neotropical”. GUERRA, Miguel Pedro. et. al. Exploração, manejo e conservação da araucária (*Araucaria angustifolia*). In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. (Org.) *Sustentável Mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. São Paulo: Ed. SENAC, 2002. p. 86.
- <sup>2</sup> GUERRA, Miguel Pedro. et. al. Op. cit., p. 87.
- <sup>3</sup> SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 23.
- <sup>4</sup> DRUMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 190, 1991.
- <sup>5</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.
- <sup>6</sup> NODARI, Eunice Sueli. *A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 1.
- <sup>7</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Renè. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- <sup>8</sup> Os municípios do Rio Grande do Sul conhecidos como Colônias Velhas, das quais migraram muitos dos descendentes de europeus para o oeste de Santa Catarina, são: São Sebastião do Caí, Montenegro, Lageado, Estrela, Taquara e Santa Cruz do Sul (colônias alemãs) e Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi e Antônio Prado (colônias italianas). In: NODARI, Eunice Sueli. Op. cit., p. 46.
- <sup>9</sup> Mata Atlântica stricto sensu, localizada no litoral até as serras Geral, do Mar e do Espigão. GUERRA, Miguel Pedro. et. al. Op. cit., p. 86.
- <sup>10</sup> Mata de interior, também conhecida como mata branca pela ausência de pinheiros e característica do Vale do Rio Uruguai. CESCO, Susana. Migração e desmatamento no Alto Uruguai Catarinense: uma releitura da relação homem x floresta no início do século XX. 2003. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- <sup>11</sup> PEREIRA, Carlos Costa. A região das araucárias: conquista, desbravamento, riquezas naturais e seu aproveitamento. *Revista do IHGSC*, Florianópolis. 11(2), 1943. p. 66.
- <sup>12</sup> BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai – 1917-1950*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- <sup>13</sup> THOMÉ, Nilson. *Ciclo da madeira*. Caçador: Imprensa Universal, 1995.
- <sup>14</sup> DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 22-23.
- <sup>15</sup> THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- <sup>16</sup> DRUMOND, José Augusto. *Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro: os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 1997.
- <sup>17</sup> WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

- 
- <sup>18</sup> Idem, *ibidem*, p. 198.
- <sup>19</sup> Para maiores detalhes sobre a atuação das colonizadoras no oeste de Santa Catarina, ver NODARI, Eunice. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. Revista *Esboços – Dossiê Migrações*, n. 9, 2002 (UFSC); e CESCO, Susana. *Op. cit.*
- <sup>20</sup> ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos – Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1991. p. 90.
- <sup>21</sup> *Ibidem*.
- <sup>22</sup> KLEIN, Roberto Miguel. Aspectos dinâmicos da vegetação do sul do Brasil. *Sellowia: Anais Botânicos do Herbário “Barbosa Rodrigues”*, Itajaí, (36): 5-54, p. 128, 1984.
- <sup>23</sup> REITZ, Raulino apud REIS, Maurício Cedrez dos; PUCHALSKI, Ângelo. A estrutura genética e demográfica de populações do pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*). Projeto de pesquisa. p. 6. Madeiras do Brasil. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- <sup>24</sup> KLEIN, Roberto Miguel. Os tipos florestais com araucária em Santa Catarina. *Anais do XXXVI Congresso Nacional de Botânica*. 1985.
- <sup>25</sup> ATLAS ESCOLAR DE SANTA CATARINA. *Op. cit.*
- <sup>26</sup> KLEIN, Roberto Miguel. O aspecto dinâmico do pinheiro brasileiro. *Sellowia*. 12 (12): 17-44. 1960.
- <sup>27</sup> ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região Oeste. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense. *10 anos de CEOM*. Chapecó: UNOESC, 1995. p. 76.
- <sup>28</sup> POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: Centro de Organização da Memória Sócio-Cultural do Oeste Catarinense. *10 anos de CEOM*. *Op. cit.*, p. 71.
- <sup>29</sup> THOMÉ, Nilson. *Os latifúndios da região do Contestado*. FAERPE – Museu da Região do Contestado – Caçador, 1984. p. 6-7.
- <sup>30</sup> BRASIL. Decreto Lei n. 3124, de 19 de março de 1941. Criação do Instituto Nacional do Pinho.